

RECENSÕES

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.196p.

Recensão elaborada por **Renato Tarciso de Sousa**, Mestre em Biblioteconomia e Documentação. Professor Assistente do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília (UnB).

Esta obra originou-se da dissertação intitulada *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos* apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Este trabalho pode ser entendido sob dois aspectos. O primeiro, refere-se à contribuição que a obra dá para a ampliação, no Brasil, de discussões teóricas na área da Arquivística. De acordo com Lopes (1996), são poucos os trabalhos publicados que podem ser chamados de resultados de investigações sistemáticas, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista prático. Segundo ele, um estudo bibliométrico demonstraria que muito pouco da produção sobre Arquivística pode ser denominado teórico, no sentido de discussão renovada e renovadora dos paradigmas desta área. Os espaços específicos para a divulgação de idéias são pequenos e há dificuldades para a circulação de informações sobre as experiências consolidadas. Os principais trabalhos em língua portuguesa são traduções de obras escritas por pesquisadores e pensadores de outros países, como é o caso de T. R. Schellenberg, que teve as suas duas principais obras editadas em português pelo Arquivo Nacional e pela Fundação Getúlio Vargas.

O segundo aspecto refere-se à obra em si. José Maria Jardim, professor do Departamento de Documentação da Universidade Federal Fluminense, nos brinda com suas reflexões e questionamentos, enriquecidos e alimentados por sua vivência no Arquivo Nacional e como membro do Conselho Internacional de Arquivos. Este trabalho, com

RECENSÕES

certeza, vai colaborar no entendimento e na busca de soluções para o problemas arquivísticos do País.

O objetivo da obra é realizar uma investigação interdisciplinar sobre a idéia de implantação do Sistema Nacional de Arquivos, que tem sua primeira versão, não consolidada juridicamente, em 1962, que foi instituído em 1978 e alterado em 1994. Pode-se elencar algumas características básicas que perpassaram as três versões: a garantia, pelo Estado, da ordenação e o controle do patrimônio arquivístico público e privado da nação; o Arquivo Nacional como centro do Sistema e líder dos mecanismos de organização da totalidade desses arquivos, isto é, dos diversos poderes públicos, estados e municípios como disposto na versão de 1978, e os dos universo privado, incluídos nas versões de 1962 e 1978; a concepção apartada de uma ampla discussão e reflexão com os segmentos do Estado e da Sociedade inseridos no Sistema; ausência de paradigmas no exterior; o conceito de sistema como referência teórica e operacional.

O conceito de sistema de arquivos e a sua implementação, apesar de pouco frequente na literatura internacional, são comuns no Brasil, bem como as suas falências. O malogro destas experiências, principalmente as estabelecidas no âmbito do Estado, são visualizadas, de forma geral, como resultado da realidade que se pretende ordenar e não nos problemas do sistema proposto.

Percebe-se que o entendimento dos projetos de sistema de arquivos insere-se em duas dimensões. A histórica, relacionada com a trajetória do Estado e da sociedade brasileira nas últimas três décadas e, mais especificamente, com a estruturação da Arquivologia no Brasil em seus aspectos cognitivos e institucionais. E a dimensão epistemológica, no mercado do qual se insere o conceito de sistema.

A partir dessas duas dimensões procura-se caracterizar o cenário em que se desenvolvem os projetos de sistema nacional de arquivos: o Estado e a administração pública brasileiros. Trabalha-se, assim, com quatro conceitos básicos: Estado, Administração Pública, Burocracia e Governo.

José Maria Jardim ao analisar os projetos de sistema nacional de arquivos visualiza uma ordem imaginária na qual a totalidade dos arquivos públicos e privados da Nação encontra sua plena organização.

RECENSÕES

Verifica-se que essa ordem imaginária distancia segmentos do Estado e da sociedade brasileiros que, embora incluídos no sistema, são alijados de sua concepção e objetivos. Ilustra isto o fato de que a questão do acesso à informação, elemento norteador da construção do conceito de cidadania, não faz parte do discurso em torno do sistema nacional de arquivos.

Ao procurar organizar a totalidade, os projetos e seus idealizadores afastam-se das diferenças, das desigualdades e não interpretam as vinculações e subordinações tão comuns no aparato estatal brasileiro. Transformam, no plano das idéias, categorias, que na prática são diferentes, em algo semelhante.

O resultado desse exercício é um sistema nacional de arquivos inoperante. E na ausência de projetos alternativos, o Arquivo Nacional, instituição periférica na órbita do Estado brasileiro, reitera o projeto com a versão de 1994. Essa ausência provoca equívocos consolidados na ambigüidade jurídica e na imprecisão teórica observadas no decreto que lança esta última versão do projeto de sistema nacional de arquivos.

Dentro da ordem imaginária as normas passam a ter um papel fundamental e definidor do pensamento arquivístico brasileiro. Isto é reforçado pela falta de produção de conhecimento arquivístico pelas universidades e pelas instituições arquivísticas públicas. Acredita-se que as normas ordenam o caos, apesar da distância do conhecimento arquivístico.

É necessário aprofundar a pesquisa sobre o tema, sob um quadro teórico consistente. Se não, corre-se o perigo de transformar as noções emanadas pelos projetos e seus criadores em senso comum, transformando o sistema de arquivos em algo natural e parte do código genético do arquivista.

Acredita-se, ainda, que apesar do perfil, das atribuições e das limitações do Conselho Nacional de Arquivos, regulamentado no mesmo decreto que implantou a versão do projeto de sistema nacional de arquivos em 1994, ele possa buscar alternativas junto às instituições arquivísticas, à universidade e à sociedade para mudar o quadro.